

JUSTIFICATIVA

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Organização da Sociedade Civil (OSC): ASSOCIAÇÃO EQUOTERAPIA ESPORTES E ARTES LAÇOS DE VIDA, CNPJ nº 29.410.105/0001-09.

1.2. Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Várzea Grande, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer (SMECEL).

1.3. Modalidade: Termo de Fomento.

1.4. Objeto: Repasse financeiro de recursos públicos destinados ao custeio das despesas com ações desenvolvidas na área de Educação Infantil, mediante a prática da equoterapia como método pedagógico e terapêutico complementar, para o atendimento de 150 (cento e cinquenta) alunos.

1.5. Valor global e cronograma: R\$ 288.000,00 (duzentos e oitenta e oito mil reais), com cronograma de execução entre os meses de maio a dezembro de 2026.

OBS: Conforme melhor orientação contida no parecer da Procuradoria Geral do Município de Várzea Grande, deverá ser realizada a retificação do plano de aplicação, observando a não efetivação da assinatura do contrato dentro do período inicial. Assim, as parcelas de pagamento passam a ser distribuídas em 7 (sete) meses, mantendo-se o valor global de R\$ 288.000,00 (duzentos e oitenta e oito mil reais), em parcelas mensais de R\$ 41.142,86 (quarenta e um mil, cento e quarenta e dois reais e oitenta e seis centavos), conforme plano de aplicação anexo.

1.6. Vigência prevista: 8 (oito) meses. **OBS:** Conforme melhor orientação contida no parecer da Procuradoria Geral do Município de Várzea Grande, foi retificado o plano de aplicação, para que passe a constar 7 (sete) meses, observando a não efetivação da assinatura do contrato dentro do período inicial.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A justificativa fundamenta-se nos seguintes diplomas legais:

- Constituição Federal de 1988, art. 213 (destinação de recursos públicos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas);



- Lei Federal nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), arts. 58 a 60 (educação especial e apoio técnico-financeiro a instituições privadas sem fins lucrativos especializadas);
- Lei Federal nº 13.019/2014 (Lei de Fomento e Colaboração com Organizações da Sociedade Civil), arts. 2º, 26 e 27;
- Lei Federal nº 13.830/2019 (dispõe sobre a prática da equoterapia);
- Lei Federal nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratações Públicas), no que cabível à execução e fiscalização da parceria;
- Lei nº 11.494/2007 (institui o FUNDEB — Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação);
- Decreto Municipal nº 70/2016, art. 9º, IV (regulamenta, em âmbito municipal, a Lei Federal nº 13.019/2014 e disciplina a celebração de parcerias com organizações da sociedade civil, autorizando a dispensa de chamamento público nas hipóteses ali previstas).

3. FUNDAMENTAÇÃO DO PROJETO E NECESSIDADE PÚBLICA

3.1. Marcos Legais para a Ação

Mandamento constitucional (art. 213, CF/88): A Constituição Federal autoriza expressamente a destinação de recursos públicos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas que comprovem finalidade não lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação, condição que será verificada nos documentos constitutivos e na regularidade fiscal da Associação Laços de Vida.

Educação especial e apoio técnico-financeiro (LDB, arts. 58 a 60): A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional assegura aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades currículos, métodos e recursos educativos específicos, atribuindo aos órgãos normativos dos sistemas de ensino o dever de estabelecer critérios para o apoio técnico e financeiro a instituições privadas sem fins lucrativos especializadas em educação especial.

Reconhecimento legal da equoterapia (Lei nº 13.830/2019): A Lei Federal nº 13.830/2019 reconhece e disciplina a equoterapia como método de reabilitação que utiliza o cavalo em abordagem interdisciplinar nas áreas de saúde, educação e equitação, voltado ao desenvolvimento biopsicossocial da pessoa com deficiência. O projeto da Associação Laços de Vida opera precisamente nessa interseção entre processo educacional e processo terapêutico, na medida em que a equoterapia constitui um dos raros métodos terapêuticos em que o praticante vivencia muitos acontecimentos ao mesmo tempo, sendo as ações, reações e



informações decorrentes da atividade bastante numerosas, funcionando a equoterapia simultaneamente como forma de terapia e como processo educacional voltado à construção e reconstrução do conhecimento.

Financiamento da educação básica (Lei nº 11.494/2007 — FUNDEB): O FUNDEB assegura recursos constitucionalmente vinculados para todas as etapas e modalidades da Educação Básica, dando suporte orçamentário-financeiro à destinação de recursos da Educação Infantil ao projeto em análise.

3.2. Demonstração da Necessidade Pública e Demanda Social

Contexto e demanda: O Município de Várzea Grande possui o dever constitucional de garantir o acesso à educação infantil e à educação especial em suas diversas modalidades. A ausência de estrutura própria do Poder Público para a oferta de equoterapia como processo pedagógico-terapêutico evidencia lacuna que a parceria com organização especializada e sem fins lucrativos está apta a suprir, em observância à diretriz constitucional de cooperação entre o poder público e a sociedade civil na prestação de serviços educacionais.

Resposta municipal por meio de parceria: A Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer identificou, no projeto apresentado pela Associação Laços de Vida, instrumento apto a viabilizar, com efetividade e especialização técnica, o atendimento de 150 (cento e cinquenta) alunos no período indicado nos itens 1.5 e 1.6. em consonância com o plano de aplicação apresentado nos autos.

4. CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS (LEI Nº 13.019/2014)

4.1. Demonstração da Necessidade Pública (Art. 26, Lei nº 13.019/2014)

Conforme exigido pelo art. 26 da Lei nº 13.019/2014:

- Existe demanda social comprovada pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer por ações de Educação Infantil associadas a método terapêutico-pedagógico especializado (equoterapia), voltadas ao desenvolvimento biopsicossocial dos alunos atendidos;
- A necessidade pública está alicerçada em mandamento constitucional (art. 213, CF/88), em lei federal específica sobre a prática da equoterapia (Lei nº 13.830/2019) e nas diretrizes da educação especial previstas na LDB (arts. 58 a 60);



- As atividades são compatíveis com finalidades essenciais da Administração Pública municipal, notadamente a garantia do acesso à educação infantil e à educação especial.

4.2. Seleção da OSC e Justificativa de Dispensa de Chamamento Público (Art. 26, Lei nº 13.019/2014, e Art. 9º, IV, do Decreto Municipal nº 70/2016)

Fundamentação jurídica para a dispensa: O art. 26 da Lei nº 13.019/2014 exige que a Administração justifique a escolha da organização da sociedade civil parceira, não impondo a realização de chamamento público em todas as hipóteses. O art. 9º, IV, do Decreto Municipal nº 70/2016 autoriza expressamente a dispensa do chamamento público quando configuradas as circunstâncias ali previstas, hipótese em que se enquadra a presente parceria. São razões para a seleção da Associação Laços de Vida:

- **Especialização técnica específica:** a Associação Laços de Vida possui know-how voltado à prática da equoterapia como processo educacional, área de atuação técnica especializada e pouco disseminada entre organizações da sociedade civil do Município;
- **Alinhamento direto com mandato legal e constitucional:** o projeto foi desenvolvido em resposta direta às diretrizes da LDB sobre educação especial e à disciplina da Lei nº 13.830/2019 sobre equoterapia, sendo a Associação Laços de Vida a organização com capacidade demonstrada de operacionalizar esse atendimento em nível municipal;
- **Caráter pedagógico-terapêutico diferenciado:** a metodologia empregada, fundada na vivência simultânea de múltiplos acontecimentos, ações e estímulos proporcionados pelo contato com o equino, constitui diferencial técnico-operacional não facilmente replicável por outras organizações;
- **Dispensa de chamamento público:** a Administração Municipal dispensa o chamamento público com fundamento expresso no art. 9º, IV, do Decreto Municipal nº 70/2016, por entender que a parceria deve ser realizada com a referida instituição sem fins lucrativos, dada a especificidade técnica do serviço prestado.

4.2.1. Capacidade Técnica e Administrativa da OSC (Art. 27, Lei nº 13.019/2014)

A Associação Laços de Vida deve demonstrar capacidade técnica e administrativa para:



- Executar ações especializadas de Educação Infantil associadas à equoterapia com qualidade e segurança – **Atestado emitido pela Ande – Associação Nacional de Equoterapia – página 63**
- Manter estrutura administrativa e contábil compatível com o volume de recursos repassados e com as exigências legais aplicáveis – **Atos constitutivos fls. 15-41**
- Garantir transparência, regularidade fiscal e cumprimento das obrigações legais e contratuais — **certidões atualizadas anexas juntamente a esta justificativa.**

4.3. Conformidade com Requisitos da OSC (Arts. 2º e 4º, Lei nº 13.019/2014)

A Associação Laços de Vida deve atender, para a celebração do Termo de Fomento, aos seguintes requisitos legais:

- Constituição como pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos — **atende ao requisito, conforme seu Estatuto, fls. 15-41.**
- Regularidade do registro no CNPJ (29.410.105/0001-09) — **comprovante na página 53.**
- Comprovação de finalidade não lucrativa em seus atos constitutivos, com aplicação integral de eventuais excedentes financeiros na consecução do objeto social, sem distribuição entre associados, conselheiros, diretores ou terceiros, nos termos do art. 2º, I, "a", da Lei nº 13.019/2014 **Atos constitutivos fls. 15-41.**
- Registros atualizados nos órgãos competentes — **documentação anexa juntamente a esta justificativa.**
- Não incidência nas vedações previstas no art. 39 da Lei nº 13.019/2014 — **comprovação de regularidade conforme documentos anexos à esta justificativa.**

4.4. Conformidade com o Decreto Municipal nº 70/2016

A celebração do Termo de Fomento observa as disposições do Decreto Municipal nº 70/2016, em especial o seu art. 9º, IV, que autoriza a dispensa de chamamento público nas hipóteses ali especificadas, disciplinando ainda os procedimentos administrativos, os requisitos de



documentação, os deveres das partes e os mecanismos de controle e fiscalização da execução da parceria.

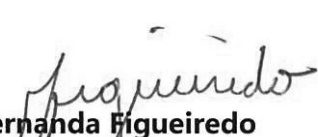
5. CONCLUSÃO

A celebração do Termo de Fomento entre o Município de Várzea Grande, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer (SMECEL), e a ASSOCIAÇÃO EQUOTERAPIA ESPORTES E ARTES LAÇOS DE VIDA encontra-se devidamente fundamentada nos planos legal, administrativo e social, atendendo às exigências da Lei Federal nº 13.019/2014, da Lei Federal nº 9.394/1996 (LDB), da Lei Federal nº 13.830/2019, do Decreto Municipal nº 70/2016 e do art. 213 da Constituição Federal de 1988.

A seleção da Associação Laços de Vida para a execução do objeto é adequadamente fundamentada em sua especialização técnica na prática da equoterapia como processo educacional, no alinhamento do projeto com os mandatos legais aplicáveis à educação especial e ao financiamento da educação básica, e na deficiência do Município, de organização em condições equivalentes de prestar o atendimento especializado pretendido.

Desse modo, AUTORIZO o prosseguimento do processo e a consequente formalização do Termo de Fomento com a referida instituição, observados os procedimentos legais regidos pela Lei nº 13.019/2014, pela Lei nº 14.133/2021 (no que cabível), pelo Decreto Municipal nº 70/2016 e pelo Plano de Aplicação apresentado pela instituição, devidamente retificado quanto ao cronograma de pagamento.

Várzea Grande, 22 de junho de 2026.


Maria Fernanda Figueiredo

Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer


Jucila Leite Amaral

Subsecretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

